



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¼ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS
Biênio 2013 - 2015

Diretoria


PRESIDENTA: Débora Flores
VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos
1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto
2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes
1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva
2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo
Rosani Gorete Feron
Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores
Flavia Helena Conrado
Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

***EPISTEMOLOGIA DA
ARQUIVOLOGIA E
FORMAÇÃO
PROFISSIONAL***

A FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO⁶²

Solange Machado de Souza⁶³

RESUMO

Registra a importância da educação como elemento indispensável para o desenvolvimento da sociedade apontando, também, a relevância da formação universitária para o crescimento econômico do país. Ressalta que a formação superior deve atender às demandas suscitadas pelo mercado de trabalho. Apresenta as competências que devem compor o perfil do arquivista e sua evolução desde a Antiguidade até os nossos dias. Afirma a necessidade de adequações na formação do arquivista, como decorrência do contínuo desenvolvimento social e tecnológico. Situa a criação do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo dentre os dezesseis cursos existentes hoje no Brasil. Elenca as disciplinas obrigatórias, referentes à área arquivística e que compõem a grade curricular do único curso de graduação em Arquivologia no Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Formação profissional. Curso de Arquivologia. Universidade Federal do Espírito Santo.

THE ARCHIVIST PROFESSIONAL AS A SCHOLAR: CONTEMPORARY SCENARIO AND REFLECTIONS

Abstract:

Reflections regarding the academic background in Archivology emphasize, usually, school curricula. Considering that this background is constituted by the triad teacher/student/knowledge, this article uses as a research guideline the teacher of the courses with the longest tradition in the field of Archival Sciences in Brazil, namely the ones offered by *Universidade Federal de Santa Maria*, *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*, *Universidade de Brasília* and *Universidade Estadual de Londrina*. This research, using the data collection method, designed a brief profile of teachers and sought to clarify the causes of the shortage of qualified teachers in the field. Using qualitative and quantitative variables, the teachers were asked about the factors that influenced the decision of becoming a teacher, how satisfied they were with that decision, motivational factors, the obstacles they had to overcome and the teaching staff. Results suggest that the key factors on the decision to become a teacher in archival sciences were the natural aptitude and the opportunities in a rich and multidisciplinary field of research and work.

Key-words: Archivist. Teacher. Archival Sciences. Academic Background.

⁶²Relato científico parcial referente à dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO) no mês de agosto de 2014.

⁶³Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar as características da formação do arquivista no Estado do Espírito Santo. Primeiramente, afirma-se a importância da educação para o crescimento pessoal e para o desenvolvimento da sociedade; em segundo lugar apresenta o histórico da constituição da profissão de arquivista no Brasil e, finalmente, aborda o histórico da organização do curso de Arquivologia na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

A metodologia utilizada na elaboração do artigo abarcou pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de artigos científicos e livros. A pesquisa bibliográfica fundamentou os aspectos relacionados à importância da educação formal para o desenvolvimento pessoal e social.

Utilizou-se, também, a pesquisa documental que permitiu esboçar o histórico da criação do curso de Arquivologia da UFES. As fontes utilizadas nesse tipo de pesquisa são aquelas cujas informações ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2008).

O objetivo geral da pesquisa foi apresentar o histórico da formação do profissional da área arquivística no Estado do Espírito Santo e os objetivos específicos ficaram assim descritos: apontar para a relevância da formação superior para o exercício laboral; registrar as institucionais arquivísticas de ensino superior, responsáveis pela formação do profissional no Brasil, em nível de graduação; e apresentar o histórico do curso de Arquivologia na UFES.

2 A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO LABORAL

A Educação é condição para a vida em sociedade e não há como prescindir de seu valor para a formação do ser humano. O processo educacional, iniciado na infância, simultaneamente informa a sociedade sobre o seu passado, lança as bases e faz surgir novas descobertas e avanços científicos no decorrer da história. Essa importância da educação para o desenvolvimento social, e que transcende o indivíduo e seus interesses particulares, “[...] é antes de tudo o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência [...]” (NOÉ,

2000, p. 1). A Educação [...] situa-se, mais do que nunca, no âmago do desenvolvimento da pessoa e das comunidades; sua missão consiste em permitir que todos, sem exceção, façam frutificar seus talentos e suas potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de assumir sua própria responsabilidade e de realizar seu projeto pessoal (DELORS et al., 2010, p. 10).

Além de prover condições para a realização de projetos pessoais, Delors et al. (2010) acrescentam que a necessidade de uma Educação contínua é elemento basilar para a formação do cidadão do século XXI, devendo ser ampliada de forma a contemplar algumas vantagens como: flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço. “[...]. Ela deve permitir que cada um venha a tomar consciência de si próprio e de seu meio ambiente, sem deixar de desempenhar sua função na atividade profissional e nas estruturas sociais” (DELORS et al., 2010, p. 12).

O satisfatório desempenho profissional, segundo Delors (2010), decorre de três funções relevantes do processo educativo: aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos. Portanto, a Educação deve adaptar-se às mudanças sociais e “deve permitir que todos possam coletar, selecionar, ordenar, gerenciar e utilizar esse volume de informações e servir-se dele” (DELORS et al., 2010, p. 14).

Gohn (2006, p. 1, grifo nosso) apresenta três modalidades pelas quais o processo educativo pode se dar. Esse processo pode ser de caráter formal, informal e não-formal.

[...]. A **educação formal** requer tempo, local específico, pessoal especializado. Organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização seqüencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/ classe de conhecimento. A **educação informal** não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. Ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado. A **educação não-formal** tem outros atributos: ela não é, organizada por séries/ idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do empowerment do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

A educação formal ocorre nos ambientes escolares de ensino, utilizando estrutura própria e planejamento “[...] cujo conhecimento é sistematizado a fim de

ser didaticamente trabalhado” (LANGHI; NARDI, 2009, p. 4403). Pontua-se a importância da educação formal que, juntamente com outras ferramentas educacionais, busca proporcionar ao indivíduo melhores condições para a vida em sociedade.

Que perspectivas são apontadas para a educação nesse terceiro milênio e qual o papel da educação na sociedade da informação e do conhecimento? As transformações ocorridas no final do século XX e início do século XXI enfatizam a importância do desenvolvimento e aquisição de novas competências. Para Dias (2010, p. 75) o conceito de competência está presente nos atuais programas e currículos escolares, nos quais

Os objectivos pedagógicos passam a visar as competências a adquirir pelos alunos ao longo do seu percurso académico. O processo de desenvolvimento e aprendizagem sublinha o progresso do conhecimento e da personalidade através da vivência de experiências significativas e de actividades pedagógicas cuidadosamente concebidas e planeadas.

No que diz respeito à educação formal, relativa ao ensino superior, argumenta-se que a ênfase em nossos dias recai sobre uma formação que capacita o indivíduo a criar, transferir e utilizar o conhecimento. Segundo Miranda (2007) já passamos da era industrial para a era da informação, na qual o capital humano e intelectual se destaca em detrimento do capital físico e da força de produção. Nessa perspectiva,

[...] o ensino superior e as suas instituições são confrontados com a necessidade de dar resposta a uma preparação que permita uma aprendizagem de inserção no trabalho, adequada e eficiente, que forneça ferramentas de flexibilidade e adaptabilidade crítica a novas situações, bem como informações, conhecimentos, competências e capacidade de reflexão e análise, reforçando igualmente a sua integração na e interação [sic] com a sociedade (MIRANDA, 2007, p. 165).

A responsabilidade do ensino superior com a formação profissional com vistas ao mercado de trabalho é uma realidade, cabendo a Universidade diversificar sua oferta de forma a atender as demandas sociais:

- como local de ciência, como fonte de conhecimentos, com vista à pesquisa teórica ou aplicada, ou à formação de professores;
- **como meio de adquirir qualificações profissionais, conciliando ao mais alto nível, o saber e o saber-fazer, em cursos e conteúdos constantemente adaptados às necessidades da economia;**
- como recinto privilegiado da educação ao longo de toda a vida, abrindo as portas aos adultos que desejem retomar seus estudos, adaptar e enriquecer

os seus conhecimentos, ou satisfazer seu gosto de aprender em qualquer domínio da vida cultural;

- como parceiro privilegiado de uma cooperação internacional, permitindo o intercâmbio de professores e alunos e facilitando, graças a matérias de carácter internacional, a difusão do que de melhor se faz no campo do ensino.

Deste modo, a Universidade ultrapassaria o confronto entre duas lógicas que é costume opor sem razão: a lógica do serviço público e a do mercado de trabalho. Reencontraria, também, o sentido de sua missão intelectual e social no seio da sociedade como uma das instituições que garantem os valores universais e do património cultural (DELORS, et al., 1998, p. 24, grifo nosso).

A Universidade, em qualquer sociedade, é uma instituição responsável pelo desenvolvimento económico, bem como depositária e criadora de conhecimentos. Num mundo em que os recursos cognitivos

[...] tornam-se cada vez mais importantes do que os recursos materiais a importância do ensino superior e das suas instituições será cada vez maior. Além disso, devido à inovação e ao progresso tecnológico, as economias exigirão cada vez mais profissionais competentes, habilitados com estudos de nível superior (DELORS et al., 1998, p. 140).

Em suma, a Educação é condição indispensável à formação do profissional que pretende satisfazer as exigências do mercado de trabalho no que concerne às habilidades e competências esperadas do profissional atuante no presente século.

3 A FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA

A compreensão do papel do profissional foi se modificando no decorrer tempo. Entretanto, as definições do que seja um profissional apontam sempre para a noção de domínio de conhecimento.

Cunha (2009, p. 97) afirma que “[...]. A formação garante o monopólio do conhecimento, dá acesso à qualificação e ao reconhecimento, conferindo ao profissional o direito de prestar serviços à comunidade. A formação é organizada e gerida pela profissão e constitui um dos traços característicos de cada grupo profissional”.

É fato que o profissional responsável pela organização e guarda dos registros sempre esteve presente na história, desde a Antiguidade. Nas civilizações pré-clássicas o arquivista era identificado como o guardião dos documentos e deveria

saber ler, escrever, ser responsável e manter segredo da documentação sob sua custódia (RICHTER; GARCIA; PENNA, 1997).

Na Idade Moderna, quando se especializam os órgãos governamentais, novas competências são exigidas, isto porque “o profissional da documentação evoluiu nas funções e no conhecimento. Precisava ter conhecimentos jurídicos, da administração governamental e da chancelaria” (RICHTER; GARCIA; PENNA, 1997, p. 46).

Na Idade Contemporânea o marco foi a publicação do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, conhecido como o Manual dos Arquivistas Holandeses, considerado um divisor para a Arquivologia.

A autonomização disciplinar da Arquivística só a podemos situar em finais do século XIX. Com efeito, é a publicação, em 1898, do célebre ‘manual dos arquivistas holandeses’, que constitui o marco a partir do qual a Arquivística deixa de se configurar como um saber auxiliar da ciência histórica para encetar uma progressiva afirmação como disciplina de cariz marcadamente técnico, embora sem deixar de continuar a estar marcada pela matriz historicista (RIBEIRO, 2012, p. 99)

Ainda segundo Ribeiro (2012), a vertente técnica da área arquivística teve seu desenvolvimento mais acentuado durante o século XX, como resultado de fatores que antecederam e mediaram as duas Guerras Mundiais, tais como: desenvolvimento tecnológico, acelerado crescimento da produção informacional e necessidade de valorização da informação administrativa. Esses fatores,

[...] criaram uma dicotomia entre os “arquivos históricos” (archives), ao serviço da cultura e da noção emergente de património, e os “arquivos correntes” (records) ao serviço das próprias entidades produtoras, opondo, de forma artificial, duas áreas profissionais que lidavam com o mesmo objecto de estudo e de trabalho (RIBEIRO, 2012, p. 4).

Aos aspectos técnicos relacionados à área arquivística somam-se, a partir da segunda metade do século XX, novos desafios para o arquivista. A realidade do mundo virtual e dos novos fluxos informacionais, nas instituições, geraram novas demandas.

[...]. Os avanços tecnológicos, que têm lugar diariamente, refletem-se nas tarefas e serviços dos arquivos e os arquivistas devem manter uma atualização contínua a fim de seguir sendo profissionais reconhecidos e respeitados na sociedade. Enquanto existir produção de informação arquivística, novos espaços de trabalho serão abertos para a atuação dos arquivistas (SOUZA, 2011, p. 53).

Portanto, o profissional responsável pela gestão dos arquivos na atualidade, deve receber uma formação que vá além do domínio técnico necessário à execução de suas atividades. O conhecimento teórico-científico é que facultará ao profissional as condições de se posicionar, criticamente, junto às organizações em que atua.

Em trabalho realizado pela pesquisadora Martín-Pozuelo (2010) sobre prospectiva arquivística, apontam-se questões que devem ser aprofundadas sobre o futuro do arquivista, e dos arquivos, bem como os futuros entornos relacionados ao desenvolvimento profissional (Quadro 1).

Essas inquietações apontam para a necessidade de uma formação contextualizada, dinâmica e que englobe as diferentes competências requeridas no ambiente de trabalho.

QUADRO 1 – Futuro do arquivista e dos arquivos

Questões	Objetivos
Está o profissional de arquivos preparado para enfrentar o futuro?	Fatores chaves que afetam o seu desenvolvimento.
Quais são suas atuais fragilidades?	Identificação de tendências de mudança.
Quais suas forças?	Desenho e criação de cenários.
Nova formação?	Desafios imediatos.
Como qualificá-lo?	
Que habilidades deve reforçar?	
Que novas habilidades deve adquirir?	Desafios futuros.

Fonte: Martín-Pozuelo, 2010, p. 213 (adaptação e tradução nossa).

Os perfis exigidos e apontados na literatura, para o profissional responsável pela gestão da informação arquivística, são os mais variados.

[...] intérprete de cenários da informação, vendedor de serviços de informação, empacotador de informação, administrador da informação, provedor e facilitador da transferência da informação, tomador de decisões, ponte informacional, processador da informação e tantas outras, refletindo concepções de gerência, de agregação de valor, de geração de um novo produto, e de organização e socialização do conhecimento (GUIMARÃES, 2000, p. 54, grifo nosso).

Além dos conhecimentos relacionados às tecnologias de informação, outras qualificações, de cunho pessoal, como adaptabilidade, pragmatismo, curiosidade intelectual também são apontadas na literatura:

[...]. 1. capacidade de análise e síntese, juntamente com uma aptidão particular de esclarecer situações complexas e ir ao essencial; 2. habilidade de formular claramente suas idéias, tanto de forma escrita como verbal; 3. capacidade de julgamento seguro; 4. aptidão para tomar decisões sobre questões ligadas à memória da sociedade; 5. abertura às novas tecnologias da informação; 6. bom senso para tomar resoluções; 7. adaptação à realidade, às condições de seu tempo e lugar (GRIMARD, apud BELLOTTO, 2012, p. 2).

Souza (2011) também registra a necessidade que tem esse profissional de adaptar-se aos novos tempos dando atenção a outro aspecto, não menos importante, o do caráter social de sua função.

[...]. Além disso, exerce uma função social que se inicia desde o momento da produção documental e se estende a todos os usuários. Consequentemente, seu espaço de trabalho está garantido em toda e qualquer instituição que produza, armazene e disponibilize informação, independente do suporte (SOUZA, 2011, p. 51).

Tratando das questões relacionadas ao novo perfil profissional aponta-se para os novos desafios da profissão de arquivista

[...] que nos últimos anos tem sofrido uma profunda transformação, fundamentalmente na área da gestão documental e no impacto das tecnologias da informação. É obvio que sem uma formação integral, o arquivista se converterá em um simples guardião, sem entender nem o conteúdo, nem o significado dos documentos que guarda, e incapaz de compreender a integridade do fundo (GIRALDO LOPERA, 2009, p. 36, tradução nossa).

As tecnologias, em constante evolução, lançam sobre o arquivista a responsabilidade de um aprimoramento ininterrupto.

O documento intitulado *Directrices para la preparación de programas de estudio sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos: un estudio del RAMP*⁶⁴ (Programa de Gestão de Documentos e Arquivos), publicado em 1982, já apontava para a importância da educação contínua para o profissional da área arquivística.

Em uma época de rápidas trocas tecnológicas admite-se a necessidade de organizar cursos regulares de atualização e reciclagem. Nos países desenvolvidos os cursos são dados nas instituições acadêmicas e nas associações profissionais. Também convém estimular esta tendência nos

⁶⁴O *Records and Archives Management Programme* (RAMP) constitui-se de um conjunto de estudos no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), publicados entre 1979 e 1992, e divulgados com o objetivo de responder questões importantes para o desempenho do profissional arquivista.

países em desenvolvimento que frequentemente tem a possibilidade de organizar cursos breves com os recursos locais; mas nesses países geralmente quem toma a iniciativa é a instituição de formação (COOK, 1982, p. 26, tradução nossa).

À constatação da necessidade de um perfil profissional com muitas competências e habilidades segue-se outra, não menos importante, a de que esses profissionais ainda são em número insuficiente para suprir as demandas do mercado de trabalho no Brasil.

O ponto central parece ser o fato de a demanda do mercado não conseguir ser suprida pela quantidade de arquivistas formados com diploma de curso superior. Há ainda, sobretudo para os arquivos de natureza permanente, necessidade de um profissional com maior conhecimento interdisciplinar, o que pode ocorrer tanto no caso da formação 'paralela' — feita através de cursos de especialização, aperfeiçoamento e múltiplos workshops e minicursos ofertados pelas diferentes associações —, como pelo aperfeiçoamento do graduado em Arquivologia na mesma formação 'paralela', ou em uma pós-graduação *stricto sensu* (LOPEZ, 2008, p. 223).

Desde a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses em 1898, até os nossos dias, um longo percurso de desenvolvimento profissional foi trilhado. A profissão de arquivista foi se transformando para que sua ação pudesse ser compatível com as exigências da sociedade em seu tempo.

4 O ARQUIVISTA NO BRASIL

A regulamentação da profissão de arquivista no Brasil foi obtida com a promulgação da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que *Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências*. A regulamentação da profissão se deu seis anos após ter sido autorizado, pelo Conselho Federal de Educação, a criação dos cursos de Arquivologia em nível superior. A carga horária mínima prevista para o curso era de 2.160 horas/aula, distribuídas entre três e cinco anos.

Em relação às atribuições do arquivista, a Lei 6.546/1978, em seu artigo 2º, registra:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;

- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (BRASIL, 1978).

Do conjunto das doze (12) atribuições, destaca-se a *competência para a realização de planejamento*. É fato que essa competência, voltada para o planejamento, se traduz em uma atividade intelectual, exigindo do arquivista uma formação acadêmica que vai além de aspectos meramente técnicos.

O teor do texto da Lei 8.159/1991, conhecida como Lei de Arquivos, apesar de não tratar especificamente do profissional da área arquivística, deixa implícita a necessidade de existirem recursos humanos em número suficiente nas instituições públicas brasileiras, e com competência profissional, para fazer a gestão da documentação pública que deve ser disponibilizada à sociedade (BRASIL, 1991).

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 5º - A Administração Pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta Lei (BRASIL, 1991).

Entretanto, somente a realização de pesquisa nos arquivos públicos brasileiros poderá evidenciar se há gestão documental nos vários órgãos da União, dos Estados e dos Municípios com competência para prover o acesso à informação, um direito do cidadão; se há disposição política para franquear esse acesso; e se há número necessário de arquivistas, com formação competente, para atuar nesse processo.

O número de arquivistas com registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Brasil, entre os anos 2000 e 2013, é de 1.953⁶⁵ conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 2 – Número de arquivistas com registro profissional

Região Sudeste	1008
Região Centro Oeste	370
Região Sul	305
Região Nordeste	266
Região Norte	4
TOTAL	1.953

Fonte: Coordenação de Identificação e Registro Profissional do MTE, 2014

Vale destacar que dos mil e oito (1008) arquivistas com registro profissional na Região Sudeste, apenas cento e quarenta e um (141) tem registro concedido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Espírito Santo. Esse número representa 14% do total de registros na Região Sudeste, e 7,2% do total de registros profissionais de arquivistas no Brasil.

A região Sudeste abarca 51,6% dos arquivistas registrados no MTE. É preciso, além de ampliar o número de arquivistas, aferir o nível desse profissional em atividade laboral na área arquivística, considerando as especificidades do universo de sua atuação.

O fato concreto é que a quantidade de profissionais que poderia ser absorvida pela sociedade está muito acima da capacidade formativa dos cursos de especialização e de graduação em Arquivologia somados. É necessário que sejam criados mecanismos efetivos capazes de aferir o nível do profissional de arquivos, sempre levando em consideração as especificidades do universo de sua atuação, ao invés de se trabalhar com uma noção formalista de capacitação, testada apenas no âmbito das avaliações das disciplinas cursadas. [...] (LOPEZ, 2008, p. 229).

⁶⁵Informação recebida em 03 de janeiro de 2014 mediante solicitação encaminhada à *Coordenação de Identificação e Registro Profissional do MTE*, via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), que registrou em sua resposta: “Informamos que, de acordo com o Sistema Informatizado do Registro Profissional (SIRPWEB), implantando nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE’s), Unidades desconcentradas Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e considerando o período de 01/01/2000 a 31/12/2013, esta Pasta concedeu 1.953 registros profissionais de arquivistas. Sobre o número de registros profissionais emitidos entre os anos de 1978 (ano de regulamentação da atividade profissional de arquivista) a 1999, destaca-se que essa informação está armazenada em livros, documentos que estão sob a responsabilidade e arquivados nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTE’s, que ficam localizadas nas capitais de cada estado da federação. Sendo assim, esclarecemos que devido à localização dos livros, esta Coordenação não possui o n° total de registros concedidos entre os anos de 1978 a 1999. Por isto, frisa-se que foi possível informar apenas o n° de registros de arquivistas emitidos a partir do ano 2000.”

A profissão está regulamentada e o número de cursos de graduação nas universidades públicas passou de seis, em 1998, para dezesseis em 2014. Entretanto, sem a realização de pesquisa não há como explicitar a demanda da sociedade pelo arquivista, bem como precisar se sua formação acadêmica é compatível com a necessidade do mercado de trabalho.

5 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO E O CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Dos dezesseis cursos de Arquivologia existentes no Brasil, três são da década de 1970: UNIRIO, UFSM e UFF. Na década de 1980 nenhum curso foi criado, entretanto, a partir de 1991, com o início do curso na UnB, inaugura-se um novo período para o ensino da graduação em Arquivologia, com a criação de treze novos cursos.

Os cursos de Arquivologia existentes no Brasil e o ano de início das atividades em cada instituição de ensino superior podem ser visualizados no quadro abaixo.

QUADRO 3 - Os cursos de Arquivologia nas Universidades Brasileiras

1. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	1977
2. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	1977
3. Universidade Federal Fluminense – UFF	1978
4. Universidade de Brasília – UNB	1991
5. Universidade Estadual de Londrina – UEL	1998
6. Universidade Federal da Bahia – UFBA	1998
7. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	1999
8. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	2000
9. Universidade Estadual Paulista – UNESP/MARÍLIA	2003
10. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	2006
11. Universidade Federal da Paraíba – UFPB	2008
12. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2008
13. Universidade Federal do Amazonas – UFAM	2008

14. Universidade Federal do Rio Grande – FURG	2008
15. Universidade Federal Santa Catarina – UFSC	2010
16. Universidade Federal do Pará – UFPA	2012

Fonte: Elaborado pela autora

Vale ressaltar que dos dezesseis cursos de Arquivologia, criados até o ano de 2012, dez estão localizados nas capitais dos estados e um deles no Distrito Federal. Inexistem pesquisas que demonstrem a inserção do arquivista nos vários municípios dos estados onde há cursos de Arquivologia, bem como nos municípios dos Estados onde não existe a graduação em Arquivologia.

O crescimento do número de cursos reflete o anseio da sociedade pela organização de sua documentação. Sem gestão documental não haverá condição de promover o acesso às informações arquivísticas. O direito de acesso à informação, preconizado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, foi reforçado com a publicação da nº Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (BRASIL, 2011).

O acesso à informação, um direito constitucional, só será possível se a documentação esquecida em arquivos e/ou depósitos, tanto das instituições públicas como das instituições privadas, forem trabalhados pelos profissionais da área. Para enfrentar esse novo desafio de prover o acesso à informação e apresentar respostas às demandas, necessário se faz a participação e a existência, em número suficiente, de arquivistas. O perfil desse profissional deverá ser trabalhado nas instituições formadoras.

As escolas de formação em Arquivologia são desafiadas a consolidar um perfil profissional abrangente e integrar, a seus programas de formação, as habilidades necessárias e requeridas pela sociedade para o arquivista. Isto exige, em primeiro lugar, identificar em detalhes as demandas da sociedade e, em segundo lugar, considerar a evolução científica da disciplina em novos contextos que agora enfrenta (AGUDELO, 2012, p. 307).

Cabe à Universidade Federal do Espírito Santo a responsabilidade pela formação dos profissionais que irão atuar na organização dos documentos

arquivísticos do Estado e esse processo formativo precisa corresponder às demandas do mercado de trabalho capixaba.

Foi a 15 de dezembro de 1960, que o Presidente da República Juscelino Kubitschek, encaminhou ao Congresso Nacional o projeto que instituía a Universidade do Espírito Santo. A tramitação no Congresso foi rápida e, na sessão de 19 de janeiro de 1961, “foi lido o projeto já contendo os pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; de Finanças; e de Orçamento e Fiscalização Financeira” (BORG0, 1995, p. 38).

Finalmente, aprovado nas duas casas do Congresso, o projeto foi encaminhado à sanção presidencial, o que aconteceu em 30 de janeiro de 1961, tomando a lei o número 3.868, e sendo provavelmente, o último ato praticado pelo presidente Juscelino Kubitschek [naquele dia], pois teria ocorrido, dizem testemunhas, quando o mesmo já deixava o palácio presidencial (BORG0, 1995, p. 39).

É fato que “A federalização ocorreu em 30 de janeiro de 1961, pela Lei nº 3.868, quando se constituiu a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)” (INSTITUTO, 2006, p. 26). Entretanto, vale destacar que foi somente em 1965 que a Universidade do Espírito Santo passou a ser denominada de *Universidade Federal do Espírito Santo*, quando a “A lei nº 4.759, de 22 de agosto de 1965, determinou que as universidades, mantidas pela União e vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados seriam qualificadas de federais e teriam a denominação do respectivo Estado” (BORG0, 1995, p. 46).

Segundo o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2012, o Estado do Espírito Santo conta com um total de oitenta e oito (88) instituições de ensino superior. Destas, apenas quatro (4), ou 4,5%, são instituições públicas de ensino e uma delas é a UFES⁶⁶.

O Quadro 4 apresenta os dados relacionados às Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, na Região Sudeste e no Estado do Espírito Santo.

QUADRO 4 – Instituições de ensino superior no Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo

	IES Públicas			IES Privadas	TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal		

⁶⁶Os dados do censo da educação superior no Espírito Santo foram obtidos, a partir do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

BRASIL	103	116	85	2.112	2.416
REGIÃO SUDESTE	34	76	33	1.030	1.173
ESPÍRITO SANTO	2	1	1	84	88

Fonte: INEP, 2012.

Atualmente a UFES possui: quatro (4) *campi* universitários que oferecem noventa e quatro (94) cursos de graduação com dezessete (17) mil estudantes matriculados; sessenta e sete (67) cursos de pós-graduação (48 cursos de mestrado e 19 cursos de doutorado) com três (3) mil estudantes matriculados.

Com o crescimento das instituições de ensino superior, a partir de 1970, e também da variedade de oferta de cursos de graduação no Estado do Espírito Santo é que se consolida, no final da década de 1990, a criação do curso de Arquivologia da UFES.

A graduação em Arquivologia no Estado do Espírito Santo nasceu de uma iniciativa do Departamento de Biblioteconomia da UFES. Houve um investimento por parte desse Departamento no sentido de preparar o quadro de professores do curso, graduados em sua maioria em Biblioteconomia, para que a graduação em Arquivologia viesse a ser implantada.

Procurando ampliar, ainda mais, seu campo de atuação e suprir as demandas dos profissionais da área da informação, e principalmente visando a especialização do corpo docente para a implantação do Curso de Graduação em Arquivologia na UFES, o então Departamento de Biblioteconomia ofereceu, em 1997/1998 e em 1999/2000, o Curso de Especialização em Arquivos. Essa iniciativa foi resultado das parcerias entre a UFES, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade de São Paulo (USP), o Arquivo Nacional (NA) e o Arquivo Público Estadual (APE-ES) (BIBLIOTECONOMIA, 2013).

A criação do curso de Arquivologia tornou-se realidade no ano de 1999⁶⁷. O Departamento de Biblioteconomia, para incorporar a nova graduação em Arquivologia, passou a denominar-se Departamento de Ciências da Informação (BIBLIOTECONOMIA, 2013).

O reconhecimento do curso de Arquivologia se deu com a publicação da Portaria nº 3.458, de 25 de novembro de 2004 (SOUZA; COSTA, 2012), já sob a égide da Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002, que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia no Brasil.

⁶⁷ Em 1999 se deu a criação do curso de Arquivologia na UFES, mas foi no ano 2000 que a primeira turma ingressou na graduação.

Essa Resolução nº 20/2002 foi elaborada com a função de orientar a formulação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Arquivologia. Em seu Art. 2º, a Resolução CNE/CES 20/2002 registra que:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Arquivologia deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades de caráter geral e comum e aqueles de caráter específico;
- c) os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica;
- d) o formato dos estágios;
- e) as características das atividades complementares;
- f) a estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação (CONSELHO, 2002).

A primeira turma, com quarenta (40) alunos, ingressou na graduação no primeiro semestre do ano 2000. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) registra, em seu histórico, que

A criação do Curso de Graduação em Arquivologia tornou-se uma realidade com a publicação das Resoluções nº 26/99-CEPE/UFES, de 16 de junho de 1999, e nº 24/99, do CUn/UFES, de 26 de julho de 1999. No período letivo de 2000/1 ingressou a primeira turma do Curso de Arquivologia, composta de 40 (quarenta) alunos, classificados no vestibular ocorrido em 1999, quando, na oportunidade, o Curso teve uma concorrência de 12 (doze) candidatos por 1 (uma) vaga (PROJETO, 2007).

Foi no ano de 2009 que o Departamento de Ciências da Informação deu lugar a dois departamentos, Departamento de Biblioteconomia e Departamento de Arquivologia. A medida teve como objetivo a conquista de mais autonomia administrativa e pedagógica, que favoreceria aos dois novos departamentos (ARQUIVOLOGIA, 2013).

Vale destacar que, dentre os vários departamentos que incluem o curso de Arquivologia nas dezesseis Universidades do país, o único que leva o nome de *Departamento de Arquivologia* é o da UFES.

A partir de 2009, em função da adesão ao Projeto REUNI⁶⁸, a entrada de estudantes no curso foi duplicada, passando de 40 para 80 estudantes/ano, com entrada em dois momentos distintos, a saber: 40 alunos no início do primeiro semestre letivo, e 40 alunos no início do segundo semestre letivo (SOUZA; COSTA, 2012).

O Departamento de Arquivologia da UFES vem se adequando para atender aos critérios do MEC quanto à avaliação externa de instituições de educação. O *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior* (SINAES) foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril, de 2004, e tem como objetivo “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (MINISTÉRIO, 2004).

Além do atendimento a uma exigência do SINAES, está a responsabilidade do curso de graduação em Arquivologia de uma das universidades federais brasileiras, sediadas no Estado do Espírito Santo, que se propõe a preparar profissionais capazes de desempenhar, a contento, as funções necessárias à gestão arquivística.

O currículo do curso de Arquivologia foi criado de acordo com a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. O Art. 53 da Lei 9.394/96 determina a autonomia das universidades da seguinte forma, em seu Inciso II, “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (BRASIL, 1996).

O PPC de graduação em Arquivologia justificou a criação do curso apontando para o conjunto de ações, em andamento na UFES, visando à adequação da formação de profissionais “para atuar junto a instituições e serviços que demandam intervenções de natureza e alcance variados, capazes de intervir sobre o conjunto de suportes arquivísticos, de forma eficiente e eficaz a fim de atender às expectativas e anseios do mercado capixaba” (PROJETO, 2007).

Buscando atender aos objetivos enunciados no Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia da UFES, foi organizada a grade curricular compreendendo: vinte e

⁶⁸ “O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 3 ago. de 2011.

duas (22) disciplinas no núcleo de formação obrigatória, distribuídas em sete (7) períodos, com carga horária de 1.530 horas e 65 créditos. As trinta (30) disciplinas complementares totalizam carga horária de 1.580 horas e 108 créditos.

A carga horária total exigida para a graduação em Arquivologia na UFES é de 2.400 horas, sendo 1.530 horas referentes às disciplinas obrigatórias, e 870 horas de disciplinas complementares, também denominadas de disciplinas optativas (PROJETO, 2004, p. 31).

As disciplinas obrigatórias, com ementas específicas da área arquivística e distribuídas por período, podem ser visualizadas no Quadro 5.

QUADRO 5 - Disciplinas Obrigatórias de conteúdo arquivístico

Período	Disciplina	Ementa
1º	Introdução à Arquivologia	Conceitos Gerais: Arquivo e Arquivologia – objeto, campo de atuação. Classificação e tipos de arquivos; História da Arquivologia. Profissão do Arquivista: legislação básica. Noções de Ética Arquivística. Ciências da Informação. Áreas afins da Arquivologia.
2º	Gestão de Documentos I	Estudo da gestão: conceitos, importância, evolução. Classificação de documentos e tipologia documental. Suportes físicos da informação.
	Representação Temática	Sistemas de armazenamento e recuperação de informação. Documento de arquivo. Resumo e indexação: tipologia. Linguagem natural versus linguagem documental. Análise do texto. Extração de palavras-chaves: recuperação e hierarquização do conteúdo semântico do documento. Instrumentos de recuperação manuais e/ou automáticos.
3º	Gestão de Documentos II	Ciclo vital dos documentos. Atividades de Registros. Planos de Classificação. Métodos de Arquivamento.
	Avaliação de Documentos	Conceitos e considerações. Valoração dos documentos. Instrumentos de destinação.
	Legislação sobre guarda de documentos	Prazos prescricionais e decadência de documentos.
4º	Arranjo e descrição de Documentos	Organização física e lógica dos documentos de arquivo. Instrumentos de descrição.
5º	Mediação e Acesso à Informação Arquivística	A mediação e o acesso em arquivos correntes, intermediários e permanentes. Ação cultural em arquivos. Legislação sobre acesso e sigilo. Desclassificação. A Ética Arquivística. Marketing em Arquivos.
6º	Projeto em Organização de Arquivos	Planejamento: noções e importâncias. Projeto: estrutura, características, etapas.

Fonte: Grade Curricular do curso de Arquivologia da UFES (2013)⁶⁹.

⁶⁹ Disponível em: < <http://www.ccje.ufes.br/dci/arquivos/ARQGradeDiscObrig.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

Das vinte e duas (22) disciplinas obrigatórias ofertadas, somente nove (9) são específicas da área (Quadro 5). Transparece na grade curricular a predominância de disciplinas de outras áreas do conhecimento, evidenciando o caráter interdisciplinar do curso de Arquivologia da UFES que contempla disciplinas de outras áreas: Administração, Comunicação, Direito, Economia, Estatística, História, Tecnologia de Informação.

Destacamos como positiva para a graduação a obrigatoriedade do cumprimento dos créditos da disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso*, ofertada no sétimo período, e que introduz de forma prática, o estudante no processo de elaboração de pesquisa.

Vale ressaltar que outras disciplinas obrigatórias, não contempladas no Quadro 4, fazem aporte à Arquivologia, como por exemplo: *Tecnologia da Informação I e II*, *Sistema de Gerenciamento de Banco de Aplicados à Gestão de Documentos*, bem como *Preservação em Unidades de Informação*. Outras nove (9) disciplinas denominadas de *Tópicos Especiais em Arquivologia*, com ementa variável, também contemplam a área buscando atender novas demandas percebidas pelos professores e/ou suscitadas pelos estudantes. Também, na oferta de disciplinas complementares, constam quatro (4) disciplinas denominadas de *Prática em Arquivos*, nas quais o estudante pode desenvolver atividades práticas relacionando-as com os conteúdos teóricos das disciplinas cursadas.

Ressaltamos, também, que o currículo do curso de Arquivologia da UFES não sofreu alteração desde sua criação no ano de 1999. A necessidade de atualização fez com que o Departamento de Arquivologia iniciasse o processo de reformulação curricular, ora em andamento.

A revisão curricular é fundamental para que os conteúdos dos programas das disciplinas sejam compatíveis com as atuais demandas da sociedade, convergindo numa formação eficaz, que atenda ao mercado de trabalho para o arquivista no Espírito Santo.

O curso de Arquivologia no Estado do Espírito Santo, após quatorze anos de sua criação, vem buscando constante aprimoramento a fim de formar, com excelência, os profissionais responsáveis pela organização dos documentos arquivísticos do Estado atendendo as atuais demandas do mercado de trabalho capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o reconhecimento da Arquivologia e do arquivista no Estado do Espírito Santo cabe o esforço do curso de Arquivologia da UFES que deve buscar atualizar o currículo da graduação de forma a atender às demandas que vão surgindo no mercado de trabalho.

Ao arquivista cabe divulgar e valorizar a profissão mediante o bom desempenho profissional nas instituições em que atua.

Há de se registrar que o Departamento de Arquivologia da UFES tem se mobilizado no sentido de realizar a primeira reforma da grade curricular do curso de Arquivologia, atento às necessidades de uma formação do profissional consoante com as demandas do mercado de trabalho capixaba. A formação profissional contextualizada ampliará as possibilidades em torno do reconhecimento da profissão e do profissional no Estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

AGUDELO, S. A. M. Formación archivística en América Latina: Una revisión de los perfiles y las competencias. **Revista Interamericana de Biblioteconomía**, Medellín, v. 35, p. 299-309, 2012. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/20075/1/art%205.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2013.

ARQUIVOLOGIA: histórico. Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/dci/>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

BELLOTTO, H. L. **O arquivista na sociedade contemporânea**. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

BIBLIOTECONOMIA: histórico. Disponível em: <<http://www.biblioteconomia.ufes.br/hist%20C3%B3rico>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BORGO, I. A. **UFES: 40 anos de história**. Vitória: UFES, 1995.

BRASIL. **Lei nº 6.546**, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 30 set. 2013.

_____. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 17 jul. 2013.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. **Lei 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; [...]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/ lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 16 dez. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 20**, de 13 de março de 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

COOK, M. **Directrices para la preparación de programas de estudio sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos**: un estudio del RAMP. París: Unesco, 1982.

CUNHA, M. V. O profissional da Informação e o sistema das profissões: um olhar sobre competências. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 94 -108, ago. 2009.

DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

DIAS, I. S. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 73-78, jan./jun 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRALDO LOPERA, M. L. Archivística: fundamentación teórica y tradición formativa. **Revista Interamericana de Biblioteconomía**, v. 32, n. 1, p. 31-45, ene./jun. 2009.

GOHN, M da G. **Educação não formal na pedagogia social**, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100034&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 27 set. 2013.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. P. (Org.) **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação superior brasileira: 1991-2004**; Espírito Santo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

LANGHI, R.; NARDI, R. Ensino da astronomia no Brasil: educação formal, informal, não formal e divulgação científica. **Rev. Bras. Ensino Fís.**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 4402-4412, out./dez. 2009.

LOPEZ, J. A. O “ser” e o “estar” arquivista no Brasil de hoje: regulamentação e trabalho. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 219-232, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/2041/2337> >. Acesso em: 6 fev. 2014.

MARTÍN-POZUELO, M. P. Prospectiva archivística: nuevas cuestiones, enfoques y métodos de investigación científica. **Revista Española de Documentación Científica**, n. 33, v. 2, p. 201-224, abr./jun., 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 2. ed. Brasília: Inep, set. 2004.

MIRANDA, E. M. Ensino superior: novos conceitos em novos contextos. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 5, n. 8, p. 161-182, 2007.

NOÉ, A. Antroposmoderno: a relação educação e sociedade. **Revista Avaliação**. Campinas: UNICAMP. v. 5, n. 3, set. 2000. Disponível em:

<http://antroposmoderno.com/antro-version-imprimir.php?id_articulo=243>. Acesso em: 19 dez. 2013.

PROJETO Pedagógico do Curso de Graduação em Arquivologia. In: **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.** Resolução nº 58/2007. Vitória, 2007. Anexos, p. 230-258.

PROJETO pedagógico do curso de graduação em Arquivologia /UFES. Vitória, 2004.

RIBEIRO, F. **O perfil profissional do arquivista na sociedade da informação.** Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

RICHTER, E. I. S.; GARCIA, O. M. C.; PENNA, E. F. **Introdução à Arquivologia.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

SOUZA, K. I. M. de. **Arquivista, visibilidade profissional:** formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, S. M. de; COSTA, R. da P. F. da. Ensino e pesquisa em Arquivologia: perfil dos alunos iniciantes no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A (Orgs.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Móbile; AAERJ, 2012.